

O Despertar de uma nova Eclesiologia na vida da Igreja Católica.

Fábio Pereira Feitosa.

Além de modificar e atualizar as estruturas da Igreja, o Concílio Ecumênico Vaticano II foi um importante evento eclesial, que provocou profundas mudanças na compreensão que a Igreja tinha sobre a sua natureza, sobre a sua organização e sobre a sua atuação no mundo, como observou Teixeira e Silva (2010, p.18):

O Concílio Vaticano II representa um marco para história do cristianismo. A partir de um olhar de fé e apreço, ele inaugurou uma nova era do Espírito no interior da vida da Igreja e de toda humanidade. A Igreja buscou uma nova compreensão sobre a sua natureza e missão no mundo, assim como diálogo e abertura para as novas tendências da vida do homem moderno.

Nesta mesma direção Aquino Júnior (2021, p.11) afirma: “O Vaticano II provocou uma mudança muito grande na Igreja, tanto no que diz respeito à sua missão no mundo (sacramento de salvação ou do reino de Deus) quanto à sua constituição e organização (povo de Deus, com seus carismas e ministérios.)” Os autores mencionados anteriormente nos ajudam a perceber o Vaticano II como um evento que consolidou um processo de mudança eclesial, sendo o mesmo filho do diálogo da Igreja com o mundo moderno e de movimentos que antecederam e prepararam os caminhos para este concílio, entre os quais podemos destacar: o Movimento Litúrgico e o Movimento Bíblico, bem como as diferentes conjunturas e realidades nas quais a Igreja estava inserida.

Definitivamente o Vaticano II representou o nascimento de uma nova eclesiologia, que proporcionou à Igreja uma nova compreensão de si mesma, de sua missão e de sua relação com o mundo. Velasco (1995, p.175) nos ajuda a recompor a eclesiologia da Cristandade em voga antes do Vaticano II:

No contexto da reforma gregoriana, por influência da sociedade feudal e do direito romano, esta desigualdade se desdobra numa visão de Igreja como pirâmide e estamento.

Ou seja, há os que estão situados mais acima do que outros na pirâmide, e tudo se desenvolve num processo descendente pelo qual se vão derivando poderes e subordinações dos que são mais para os que são menos na Igreja.

A pirâmide tem o vértice no papa, que não só é o ponto mais alto, como também uma espécie de ponto dinâmico a partir do qual se desdobra toda a pirâmide. É um lugar comparável ao ocupado pelo imperador ou pelo rei absolutista na sociedade.

Dele deriva, como estamento mais alto, o poder dos bispos, algo como que a nobreza da sociedade eclesiástica (...)

Outro estamento é constitutivo pelo “baixo clero”, os propriamente chamados de “sacerdotes”, que no plano de poder de decisão estão abaixo dos bispos, a quem devem plena submissão, mas que no plano “sacerdotal”, centrado no culto, sobretudo no poder de “dizer missa” e de administrar os sacramentos, exercem enorme influência sobre os leigos.

Outro estamento muito peculiar é formado pelos monges que, além da grande influência espiritual, exercessem também grande domínio social, sobretudo, através dos poderosos abades dos mosteiros transformados em grandes feudos com vasto poder.

O estamento leigo, que já não se define por algum lugar ou por posição dentro da pirâmide, mas pelo fato de não ter nenhum lugar ou posição, constituindo assim a base imensa da pirâmide eclesial. Socialmente podem ser comparados aos vassallos, ou servos da gleba, ou ao que na Espanha do século XVI era chamado de gente miúda.

O Vaticano II fez com que a Igreja saísse da eclesiologia da reforma gregoriana, que segundo Velasco (1995, p.235) teve “como resultado uma imagem de Igreja como um edifício solidamente construído, a partir de um esquema piramidal inspirado em estruturas medievais, mas ao mesmo tempo entendido como verdade “perene” da Igreja”.

Com o Vaticano II, o modelo visto acima foi desfeito. Abandonamos de maneira oficial uma eclesiologia marcada pela desigualdade entre o clero (visto como superior) e os leigos (vistos como inferiores). Esta característica eclesial era responsável por reduzir e centralizar a Igreja em sua hierarquia, o que por sua vez fazia com que esta instituição fosse marcada pela disparidade entre seus membros.

Graças ao Vaticano II passamos a ter uma visão e vivência de Igreja Povo de Deus. Esta mudança eclesial pode ser vista como uma verdadeira revolução copernicana na vida da Igreja, fazendo com que esta superasse a concepção de uma Igreja jurídica, centrada na Hierarquia e passasse a se organizar como Povo de Deus, na qual embora tenhamos diferentes ministérios, todos possuem igual dignidade de filhos de Deus e são chamados a colaborar com a construção do Reino. Neste sentido Aquino Junior (2021, p.19) afirma:

[...] o Concílio fala da Igreja como “Povo de Deus” (LG, 9-17) com seus carismas e ministérios. Ela não é constituída apenas pelos ministérios ordenados nem é essencialmente uma “sociedade desigual” (clero x leigo). Essa mentalidade que predominou na Igreja durante muitos séculos terminava reduzindo a Igreja à Hierarquia e comprometendo a condição de “povo de Deus”, que é comum a todos os batizados.

Ao falarmos em Igreja Povo de Deus, devemos ter em mente que esta categoria tão cara ao Vaticano II está profundamente enraizada na fé de Israel e no movimento inaugurado por Jesus, na sociedade na qual Ele estava inserido. A percepção de Igreja povo de Deus, também é fruto de uma recuperação eclesiológica das primeiras comunidades cristãs, como observou Aquino Júnior (2021, p.38):

A imagem da Igreja como “povo de Deus” está profundamente enraizada na *fé de Israel* e no *movimento de Jesus* no seio de Israel. De fato, Israel se compreende como “povo de Deus” e a pretensão de Jesus era a restauração de Israel como “povo de Deus” ou povo sobre o qual Deus reina. Na medida em que a Igreja nasce do movimento de Jesus, é muito natural que ela se compreenda como povo de Deus. Essa consciência é muito forte nas primeiras comunidades cristãs.

Referindo-se também a categoria Povo de Deus, recuperada pelo Vaticano II, Velasco (1995, p.250-251) afirma:

“Povo de Deus” não é, na *Lumen Gentium*, uma expressão a mais da realidade eclesial, entre outras “expressões complementares”, mas sim o ponto de partida para uma nova compreensão da Igreja, da qual dependem muitas outras inovações concretas.

Portanto, é preciso afirmar, com toda a energia, que “povo de Deus”, é o conceito-base da constituição *Lumen Gentium*, e pelo menos reconhecer “nesta orientação *bastante nova* uma das maiores originalidades tanto da constituição como do concílio”.

“Povo de Deus”, traduz mais diretamente a condição peregrinante da Igreja. A Igreja é um povo entre os povos, sacudido pelas convulsões de todo tipo que atravessam a história, configurando de maneiras diversas, segundo as exigências dos condicionamentos históricos e culturais pelos quais teve que passar, sujeito a erros e a consequências funestas de opções históricas que o afastaram perigosamente do ideal evangélico e, mais recentemente, consciente de sua própria historicidade e do que deve à história para compreender-se e realizar-se como tal povo.

“Povo de Deus” é, no mesmo sentido, uma categoria mais adequada para inserir a compreensão da Igreja dentro de uma visão dinâmica, evolutiva da história, flexibilizando esquemas rígidos, intemporais, que não levam em conta os condicionamentos históricos que influem na fixação desses próprios esquemas.

Ao falarmos sobre Igreja como Povo de Deus, é necessário estarmos atentos as implicações desta expressão. Aquino Junior (2021, p.39) elenca quatro dimensões que nos ajudam a compreender o significado de afirmarmos que a Igreja é “povo de Deus”:

Dimensão teologal/espiritual. Esse povo é de deus: vós sois a geração escolhida, o sacerdócio régio, a nação santa, o povo que ele adquiriu (1Pd 2,9). Ele “tem por condição a dignidade e a liberdade dos filhos

de Deus (...) Sua lei é o mandamento novo do amor (...) sua meta é o Reino de Deus” (LG, 9)

Dimensão messiânico-salvífica. É um povo messiânico que tem uma vocação/missão salvífica no mundo: deve ser “para todo gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação”; foi constituído como “instrumento de redenção para todos” e enviado como “luz do mundo e sal da terra” (LG, 9).

Dimensão comunitária. Destaca o aspecto comunitário da fé da salvação (povo); a dignidade e igualdade fundamentais de todos os batizados, anterior a qualquer distinção de carismas ou ministério (“sacerdócio comum”, “senso da fé”); a corresponsabilidade missionária de todos os cristãos (missão).

Dimensão histórico-escatológica. Expressa bem a historicidade da Igreja (LG, 8,9; GS, 40). Ela é povo peregrino que caminha nas estradas do mundo rumo ao céu. Tem ambiguidades e contradições. É santa e pecadora e, por isso, constantemente chamada à conversão... Não é ainda aquilo que é chamada a ser. Está a caminho. (AQUINO JUNIOR, 2021, p.39).

Outra significativa mudança eclesiológica promovida pelo Vaticano II foi a resolução de uma antiga querela entre a Igreja e a Modernidade, que a fazia ver o mundo como um lugar de perdição e que deveria ser evitado. Velasco (1995 p.235) ao analisar a postura defensiva da Igreja diante do mundo moderno, afirma: “(...) esta atitude defensiva diante do mundo moderno se torna comportamento habitual e obrigatório da Igreja desde a Revolução Francesa e tem sua mais clara expressão no *Syllabus*, de Pio IX, e no Concílio Vaticano I”. Neste mesmo sentido, Arroyo (2015, p.35) afirma: “A Igreja enquanto instituição via-se marcadamente distanciada das grandes correntes de pensamento do mundo contemporâneo. A formação teológica dos pastores era especulativa e escolástica, sem apego às fontes da revelação, desencarnada e sem clara projeção pastoral.”

O Vaticano II pode ser visto como um artesão, que foi responsável por renovar as estruturas da Igreja, bem como por derrubar de forma oficial uma série de mecanismos de “defesa”, que a distanciavam e a “protegiam” do mundo e de seus “perigos”, enclausurando-a em si mesma. Brighenti (2016, p. 17) nos faz perceber tal postura:

Por falta de um discernimento mais analítico e sereno, consequência da postura de teólogos que se resignavam a repetir um magistério refugiado numa subcultura eclesiástica, a Igreja resolutamente se colocou à margem da emergência no novo projeto civilizacional em curso, imune à interpelação de “novos sinais dos tempos”, suscitados pelo Espírito. Sem entender bem o que estava se passando e com medo dos novos desafios, a Igreja refugiou-se em seu castelo, suspendeu as pontes levadiças e excomungou, em bloco, o mundo moderno. Da

mesma forma como a Igreja havia excomungado a Reforma Protestante, também excomungou em bloco a Modernidade.

A superação desta visão, promovida por João XXIII, fez com que a Igreja desenvolvesse uma eclesiologia mais adequada ao contexto no qual ela estava inserida e desta maneira ela pôde pensar sobre si mesma e sobre a sua atuação no mundo. Domezi (2014, p.16) nos auxilia a perceber os efeitos promovidos pela mudança eclesial advinda do Vaticano II: “Portanto, a Igreja que saiu do Concílio Vaticano II mudou radicalmente seu foco. Desviou o olhar do dogmatismo para tomar como a pupila de seus olhos a humanidade como ela é em cada tempo. Nessa virada teológico-antropocêntrica, conscientizou-se de sua vocação de servidora da humanidade.” Podemos, assim, ver o Vaticano II como uma lente dada pelo Espírito Santo à Igreja, que fez com que ela olhasse para si mesma e para o mundo moderno e a partir deste duplo olhar visse no mundo bem mais do que seus pecados e desta maneira rompesse com a ideia que predominou durante séculos de que era preciso salvar-se do mundo, pois ele estava perdido.

REFERÊNCIAS

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **A Igreja de Jesus: Missão e constituição**. São Paulo: Paulinas, 2021.

BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos. **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2016.

DOMEZI, Maria Cecília. **O Concílio Vaticano II e os pobres**. São Paulo: Paulos, 2014.

TEIXEIRA, César; SILVA, Antônio Wardison C. **Eclesiologia do Concílio Vaticano Segundo**. Revista Eletrônica Espaço Teológico. São Paulo, vol. 4, n.6, p. pp. 17-28. Jun/Dez, 2010,

VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus: Processo histórico da consciência eclesial**. Petrópolis: Vozes 1995.